

# UM ESTILO DESCOLONIAL DE MISSÃO EM ÁFRICA

P. Antoine Pooda

## Resumo

O artigo analisa a relação histórica entre a missão cristã e a colonização em África, propondo um modelo de «missão descolonial» capaz de superar as ambiguidades do passado. Depois de reconhecer que evangelização e colonialismo estiveram frequentemente entrelaçados, o autor destaca o papel progressivo da Igreja no processo de descolonização, a partir da separação entre missão e poder político promovida já na era moderna e desenvolvida nos documentos magisteriais do século XX. Em particular, textos como *Maximum illud*, *Ad gentes* e *Evangelii nuntiandi* contribuíram para redefinir a missão como uma realidade enraizada nas culturas locais, orientada para a inculturação e a valorização das identidades africanas.

O ensaio destaca ainda as profundas feridas deixadas pelo colonialismo — políticas, económicas e culturais — e as formas de neocolonialismo ainda presentes, sublinhando a necessidade de uma autêntica autodeterminação africana. Neste contexto, as correntes da teologia africana são apresentadas como instrumentos fundamentais de descolonização do cristianismo, capazes de promover uma fé expressa a partir das culturas locais e não imposta pelo exterior. Tornam-se centrais a recuperação da identidade, a superação da mentalidade assistencialista e a valorização dos recursos endógenos.

Por fim, o autor propõe a transição de uma missão «descolonial» para uma missão «glocal», que integre a dimensão local e universal, baseando-se no diálogo, na reciprocidade e no respeito pelas diferenças. Esse modelo rejeita tanto o eurocentrismo como o afrocentrismo fechado, promovendo, em vez disso, uma Igreja capaz de construir relações interculturais autênticas. A descolonização da missão, conclui o texto, implica uma conversão profunda: não apenas estrutural, mas também cultural e espiritual, orientada para a liberdade, a dignidade e a corresponsabilidade dos povos africanos.

## Síntese dos principais pontos

O artigo desenvolve uma reflexão crítica e propositiva sobre a relação entre a missão cristã e a colonização em África, com o objetivo de delinear um estilo autenticamente descolonial da missão hoje. O ponto de partida é o reconhecimento histórico do entrelaçamento entre evangelização e projeto colonial: durante muito tempo, de facto, as missões foram instrumentalizadas pelas potências europeias como instrumentos de expansão política, económica e cultural. No entanto, o autor sublinha que a Igreja não foi apenas cúmplice desse processo, mas também protagonista de um caminho progressivo de emancipação e de crítica ao colonialismo.

Nesta perspetiva, é destacado o papel de importantes etapas históricas e documentos magisteriais que promoveram a separação entre missão e colonização. Já com a instituição da Propaganda Fide no século XVII manifesta-se a intenção de retirar a atividade missionária do

controlo das potências coloniais. Este percurso encontra um momento decisivo na carta apostólica *Maximum illud* (1919), que convida a despolitizar a missão, a valorizar as culturas locais e a formar um clero autóctone. Posteriormente, o Concílio Vaticano II e os documentos dos papas do século XX aprofundam esta visão, propondo uma missão entendida como evangelização inculturada, respeitosa das identidades culturais e orientada para a libertação integral da pessoa humana.

O artigo debruça-se, em seguida, sobre as consequências do colonialismo em África, descritas através de imagens fortes e referências bíblicas. O continente surge marcado por profundas feridas políticas, económicas e culturais: instabilidade institucional, ingerências estrangeiras, exploração de recursos, dependência económica e crise de identidade. O chamado neocolonialismo perpetua dinâmicas de domínio através de acordos desequitativos, sistemas económicos injustos e formas de assistencialismo que impedem a autodeterminação dos povos africanos. Neste contexto, a África é representada como um continente rico mas empobrecido, dotado de imensos recursos mas privado da capacidade de os gerir de forma autónoma.

Perante esta situação, o autor identifica nas correntes da teologia africana uma resposta decisiva à colonização cultural e religiosa. Estas correntes visam uma descolonização do cristianismo, entendida como libertação de modelos impostos e como reapropriação da própria identidade. O tema central é a inculturação, ou seja, a expressão da fé cristã no âmbito das categorias culturais africanas. Isto implica um processo de autoconsciência, de valorização das tradições locais e de superação tanto do complexo de inferioridade como das formas de imitação acrítica do Ocidente. A descolonização torna-se assim um percurso de autodeterminação que envolve não só a dimensão religiosa, mas também a social, económica e política.

Um aspeto particularmente relevante é a crítica à «mentalidade assistencialista», considerada um dos principais obstáculos ao desenvolvimento autêntico. O autor insiste na necessidade de valorizar os recursos locais e de promover um desenvolvimento endógeno, capaz de tornar as Igrejas africanas e as sociedades africanas protagonistas do seu próprio destino. Neste sentido, a descolonização não é apenas um processo de libertação de influências externas, mas também uma responsabilidade interna, que requer uma mudança de mentalidade e uma tomada de consciência coletiva.

Na parte final, o artigo propõe a transição de uma missão descolonial para uma «missão glocal». Este novo paradigma supera tanto o eurocentrismo como um eventual afrocentrismo fechado, promovendo, em vez disso, um equilíbrio entre a dimensão local e a universal. A missão glocal é definida como inter-gentes, ou seja, como encontro e diálogo entre povos, culturas e religiões, baseado na reciprocidade e no enriquecimento mútuo. Implica uma conversão missionária que privilegia a relação em detrimento da imposição, o diálogo em detrimento do domínio e o testemunho de vida em detrimento da ação puramente funcional.

Por fim, o autor sublinha que a descolonização não é apenas uma questão estrutural ou política, mas também espiritual e cultural. Exige uma redescoberta da dignidade humana

como valor fundamental e inegociável, e uma liberdade que deve ser conquistada e vivida com responsabilidade. Nesta perspectiva, a missão não é simplesmente uma atividade, mas um estilo de vida: «ser missão» significa encarnar uma identidade aberta ao outro, capaz de construir pontes e de promover uma comunhão autêntica entre os povos.

Em conclusão, o artigo propõe uma visão da missão como um processo dinâmico de libertação, inculturação e diálogo, orientado para a construção de uma Igreja e de um mundo mais justos, nos quais a África possa expressar plenamente a sua identidade e a sua contribuição para a humanidade.

## UM ESTILO DESCOLONIAL DE MISSÃO EM ÁFRICA

Sem dúvida, a colonização e a missão são companheiras de longa data. No entanto, a Igreja permanece na vanguarda do processo de descolonização. Neste breve ensaio, que não pretende ser nem apologético nem polémico, partiremos do protagonismo da Igreja no processo de descolonização para apresentar, em seguida, as correntes da teologia africana como contracorrentes da colonização e concluir com uma proposta de linhas orientadoras para um estilo descolonial da missão na África de hoje.

### 1. A Igreja, protagonista da descolonização

A instituição da *Sagrada Congregação de Propaganda Fide* pelo Papa Gregório XV em 1622 representa uma viragem sem precedentes na afirmação da autoridade eclesiástica sobre as missões e na sua emancipação em relação às potências coloniais. A nomeação dos seus primeiros vigários apostólicos a partir de 1637 foi o sinal de uma verdadeira separação entre evangelização e colonização e da vontade de centralizar, coordenar e supervisionar o conjunto das atividades missionárias da Igreja católica no mundo. É também reservada especial atenção à formação cultural e religiosa dos missionários. A fundação do *Colégio Urbano da Propaganda Fide* (1627) e o empenho a favor do clero indígena constituem a continuação lógica desta visão, à qual se deve acrescentar o forte empenho a favor das línguas e da imprensa nas línguas locais. No entanto, uma coisa é criar uma estrutura, outra é ter conseguido exorcizar os demónios dos nacionalismos que continuavam a sua missão de civilização. Com a publicação da mãe dos documentos missionários magisteriais, a carta apostólica *Maximum illud*, publicada a 30 de novembro de 1919 pelo Papa Bento XV, os missionários são exortados a despolitizar e descolonizar as missões. Promove-se uma nova visão da missão, desvinculada das alianças políticas, mais enraizada nas culturas locais e respeitosa das suas especificidades. A carta convida também a formar um clero autóctone e a envolver todos os fiéis na oração e no apoio financeiro. Consciente de que o eurocentrismo é o pecado original das missões (cf. G. Colzani), Bento XV advertiu que o compromisso missionário não consistia em ocidentalizar o mundo. Para além da ruptura com o pensamento eurocêntrico e colonialista, um dos méritos do documento foi a redefinição dos princípios e das prioridades das missões católicas, enraizados na valorização das diversidades culturais.

Nos anos 60, a África assistiu ao nascer da onda de independências que exortava ao reconhecimento dos valores culturais da África negra, despertando o sentido de dignidade dos povos africanos, a necessidade de reconhecer as suas raízes e de se reconectarem com a sua cultura, libertando-se do domínio ocidental não só política e economicamente, mas também culturalmente. No seio da Igreja, basta recordar a publicação, em 1956, da obra intitulada *Des prêtres noirs s'interrogent*<sup>1</sup>, que marcou uma viragem no diálogo entre as culturas africanas e o cristianismo, com vista a descolonizar um cristianismo importado do Ocidente. Além disso, ao desenvolver uma teologia da missão como *actio Dei*, da qual o Deus trinitário é a fonte e à qual a Igreja coopera através das *missiones Ecclesiae*<sup>2</sup>, o decreto conciliar *Ad gentes* distingue-se claramente das missões coloniais, que eram iniciativas humanas destinadas a despojar os africanos e a pisar as suas culturas. O Motu Proprio *Africae terrarum*, publicado pelo Papa Paulo VI a 29 de outubro de 1967 e comumente definido como a «carta cultural da africanidade», estimula os africanos na busca da sua própria identidade. Alguns anos depois (em 1975), Paulo VI, na exortação apostólica pós-sinodal *Evangelii nuntiandi*, inicia uma descolonização conceptual e semântica através do uso preferencial do termo evangelização em vez de missão, que rima com colonização. Além disso, numa época em que as preocupações em África estavam ligadas à evangelização das culturas e à africanização do cristianismo, o Santo Padre defende uma evangelização generosa das culturas para uma inculturação autêntica e não decorativa<sup>3</sup>. Para Paulo VI, a evangelização é um processo de libertação (cf. *Evangelii nuntiandi* n.º 30) de todo o homem (cf. *Evangelii nuntiandi* n.º 32) e de todos os homens. Para a *Redemptoris missio* de João Paulo II, o diálogo centrado em Cristo é o caminho da descolonização e da verdadeira e definitiva libertação (*Redemptoris missio* n.º 55). Mais perto de nós, o legado do Papa Francisco é rico em ensinamentos sobre a descolonização: a sua opção preferencial por uma Igreja pobre para os pobres levou-o, em várias ocasiões, a denunciar a exploração dos pobres pelos ricos, bem como a colonização ideológica e o pensamento único que sobrecarregam os intercâmbios culturais e económicos entre os povos. Para Francisco, a descolonização começa com o encontro e o diálogo construtivos, para evitar um cristianismo monocultural e monótono (*Evangelii gaudium* n.º 117).

Mais especificamente, os dois sínodos para a África denunciaram o espectro do colonialismo em África e expuseram as suas consequências, bem como o seu *modus operandi*. O primeiro sínodo especial, realizado em 1994, compara o continente ao homem que descia de Jerusalém para Jericó; ele caiu nas mãos de salteadores que o despojaram, espancaram e se foram, «deixando-o meio morto (cf. Lc 10, 30-37)». Para os padres sinodais, a África continua a ser um continente que necessita urgentemente de bons samaritanos que acorram em socorro dos seus numerosos filhos doentes, maltratados, paralisados e desprezados, que definham na miséria nos confins do mundo. Segundo João Paulo II, o primeiro Bom Samaritano é a Igreja

---

1 Cf. A. ABLE et al., *Des prêtres noirs s'interrogent*, Cerf-Présence Africaine, Paris 1956, 16: Acabou-se o tempo em que as questões africanas eram consideradas sem, para ou apesar dos africanos.

2 CONCÍLIO VATICANO II, Decreto *Ad gentes* sobre a atividade missionária da Igreja (7 de dezembro de 1965), n.º 6. É interessante notar que o decreto aborda também as questões da formação do clero indígena no n.º 16 e a das Igrejas particulares nos n.ºs 19-22.

3 PAULO VI, Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi* (8 de dezembro de 1984), n.º 20.

que, com solicitude pastoral, poderá ajudar os filhos e as filhas de África a reencontrar a sua dignidade e o seu «potencial de ação e de reação», ou seja, a sua liberdade de ser e de agir (cf. *Ecclesia in Africa* n. 41). A outra passagem evangélica a que o segundo Sínodo para a África faz referência para denunciar as feridas coloniais em África é a perícopes de João 5,3-9: segundo Bento XVI, o continente africano seria semelhante ao paralítico sob os pórticos da piscina de Betzatà, curado por Cristo. Comenta, de facto: «A África deseja levantar-se como o homem da piscina de Betzatà; deseja ter confiança em si mesma, na sua dignidade de povo amado pelo seu Deus. É, portanto, este encontro com Jesus que a Igreja deve oferecer aos corações feridos, ansiosos de reconciliação e de paz, sedentos de justiça» (*Africae munus* n.º 149).

De forma incisiva e eloquente, estas duas passagens do Evangelho descrevem os traumas<sup>4</sup> e as dolorosas marcas das feridas coloniais na África, apresentada como um continente atormentado e carente. Os impactos do colonialismo são, antes de mais, de ordem política: em África, podemos lamentar, juntamente com João Paulo II, a má governação causada pela manipulação das Constituições para permanecer no poder por tempo indeterminado; por uma democracia fictícia, com eleições financiadas e controladas a partir do estrangeiro; e, finalmente, pelos golpes de Estado militares que instauram regimes de exceção (cf. *Ecclesia in Africa* n.º 112). Tudo isto degenera frequentemente em conflitos armados, com o seu cortejo de efeitos colaterais que podemos imaginar. Mas se os africanos são os primeiros responsáveis pelas violações das suas liberdades, não são os únicos responsáveis e culpados. Fatores e atores externos atuam contra a descolonização e a soberania dos Estados africanos. De facto, as potências coloniais deixaram oficialmente de exercer a sua supremacia e hegemonia sobre os países africanos depois de lhes terem «concedido» a independência. Mas os acordos injustos e tóxicos, estipulados entre senhores e escravos, continuam a alimentar relações desiguais Norte-Sul. A ingerência das potências internacionais nos assuntos e nas eleições africanas opera um governo à distância que prejudica gravemente a autonomia política dos Estados africanos. Reconhecemos com João Paulo II que «num mundo controlado pelas nações ricas e poderosas, a África tornou-se praticamente um apêndice sem importância, muitas vezes esquecido e negligenciado por todos» (*Ecclesia in Africa* n.º 40). Paradoxalmente, é cobiçada e explorada à vontade precisamente porque transborda de recursos. Do ponto de vista económico, além de ser como o homem que descia de Jerusalém para Jericó ou aquele da piscina de Betesda, a África assemelha-se a um rico proprietário amarrado por ladrões famintos e impiedosos, que ele vê devorar avidamente os seus bens, contentando-se miseravelmente com as migalhas. O paradoxo africano é o de um continente imensamente rico economicamente, mas escandalosamente carente. A precariedade económica de África é frequentemente causada e alimentada por um sistema de empobrecimento. Alguns governantes corruptos, em conivência com atores locais ou estrangeiros, roubam os recursos nacionais, apropriam-se do bem comum e contraem dívidas que mantêm o seu povo numa situação de endividamento permanente e servil. Estas práticas malsãs com um sabor colonial dão a impressão de que alguns dirigentes fazem tudo para manter os seus povos na miséria e na ignorância, a fim de minar ainda mais as suas liberdades.

---

4 Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução *Libertatis Nuntius* sobre Alguns aspetos da «Teologia da libertação» (6 de agosto de 1984), n.º 8.

A nível internacional, as injustiças no comércio criam uma situação de neocolonialismo económico. Os projetos e programas de desenvolvimento são frequentemente planos habilmente urdidos por predadores para despojar os pobres dos seus bens, ou mesmo uma espécie de droga que paralisa os seus esforços de autodeterminação e agrava uma mentalidade endémica de assistencialismo. A África precisa certamente do Bom Samaritano por algum tempo, mas não desta caridade tóxica e condescendente, e muito menos daquelas ajudas que ferem a sua dignidade<sup>5</sup>. Ainda com referência à parábola do Bom Samaritano, consideramos que o esforço de descolonização passa pela identificação e catalogação destes bandidos impenitentes e ávidos que saqueiam o continente. É preciso desmascarar estes delinquentes à espreita sob a máscara de um suposto benfeitor, tanto dentro como fora de África. Um dos seus lemas é «*divide et impera*». «Foi justamente observado que, dentro das fronteiras herdadas das potências coloniais, a coexistência de grupos étnicos, tradições, línguas e até mesmo religiões diferentes encontra frequentemente dificuldades devido a graves hostilidades recíprocas» (*Ecclesia in Africa* n.º 49). Estas fronteiras constituem muros e prisões nas quais cada povo se aprisiona e permanece refém. No entanto, «a identidade das comunidades africanas joga-se nestes encontros interculturais» (*Africae munus* 38) que reforçam a unidade e a integração africanas, postas à dura prova pelas fronteiras impostas de forma drástica e arbitrária. No âmbito cultural, a África experimentou e continua a sofrer o choque do homem que descia de Jerusalém para Jericó. De facto, para além do roubo de obras de arte, o imperialismo colonial e um certo proselitismo missionário vandalizaram as culturas africanas em alguns lugares e em certos momentos, chegando por vezes a praticar a tabula rasa. A pilhagem dos bens culturais por parte de algumas potências coloniais e a ocidentalização de África através da imposição das civilizações europeias prejudicaram de forma profunda e indelével a identidade e a dignidade dos africanos. A tal ponto que ainda hoje o africano sofre de um complexo e de uma crise de identidade. Isto manifesta-se numa imitação cega de tudo o que provém dos chamados países desenvolvidos, em detrimento dos valores africanos autênticos. Esta imitação acrítica e cega, alimentada e sustentada pela manipulação dos meios de comunicação social, conduz inexoravelmente a uma alienação cultural que desenraíza um grande número de africanos. No entanto, é preciso reconhecer que, hoje em dia, o mito do Ocidente está em declínio e que o processo de descolonização poderá acelerar graças ao movimento pan-africanista e às correntes da teologia africana.

## **2. As correntes da teologia africana em contracorrente à colonização**

No âmbito teológico e teologal, consideramos que todas as correntes da teologia africana constituem esforços corajosos de descolonização do cristianismo em África. Esta começa com a libertação total de África e dos africanos de tudo o que os obstrui e de todos aqueles que os aprisionam em prisões económicas, políticas, espirituais, etc. Apesar dos esforços envidados, para muitos teólogos e cristãos africanos, a Igreja-Família de Deus em África ainda se encontra sob tutela e em estado de dependência, constantemente subjugada e assistida. Existe, portanto, uma necessidade urgente de se libertar de certos jugos, atores e pesos, tanto

---

<sup>5</sup> Uma obra que aborda amplamente esta problemática é a de D. MOYO, *L'aide fatale. Les ravages d'une aide inutile et de nouvelles solutions pour l'Afrique*, JC Lattès, Domont 2022.

endógenos<sup>6</sup> como exógenos. Os países africanos afirmam ter conquistado a independência, quando, na realidade, ainda não se libertaram das dependências. Tanto no setor civil como no eclesiástico, assiste-se a uma espécie de persistência, resistência e até renascimento dos demónios do assistencialismo em África<sup>7</sup>. Em vez disso, a época das missões coloniais, em que as Igrejas locais eram evangelizadas, alimentadas e mantidas pelas Igrejas-mãe europeias e americanas<sup>8</sup>, já passou. Daí a urgência de «uma busca mais aprofundada dos recursos locais, uma melhor gestão dos meios disponíveis, uma avaliação objetiva das reais necessidades da África e uma abordagem criativa para satisfazer essas necessidades com os recursos locais disponíveis. Trata-se da espinhosa questão da autodeterminação, sem a qual não é possível qualquer promoção duradoura, digna e integral da pessoa humana. Num mundo atingido por uma crise multidimensional, as nações africanas e as Igrejas locais em África devem libertar-se da «mentalidade assistencialista» para se dotarem dos recursos humanos, materiais e económicos de que necessitam<sup>9</sup>. A descolonização é essa cultura de autodeterminação e de desenvolvimento endógeno, original e integral em todos os aspetos, pois quem depende inteiramente dos outros não é livre<sup>10</sup>.

A descolonização é uma reapropriação e uma assunção da própria identidade para uma autêntica inculturação. Na realidade, trata-se de sermos nós próprios para não vivermos por procuração. O próprio africano descoloniza-se a si próprio, lutando contra um certo complexo de inferioridade e de superioridade. Após a pilhagem e a sabotagem das culturas africanas, a questão da identidade cultural africana coloca-se com acuidade, sobretudo nestes momentos em que as culturas africanas estão em crise e onde as tendências para o regresso às origens são fortes. Além disso, a inculturação continua a ser, ainda hoje, «uma exigência da evangelização, um caminho para uma evangelização plena»<sup>11</sup>, em suma, um desafio fundamental para a missão evangelizadora em África. Não será este um *kairos*? Sabendo que o processo de inculturação e descolonização começa com a autoconsciência e o autoconhecimento, cada africano/a poderia fazer este exame de consciência: qual é o meu nível de conhecimento da minha cultura e da civilização negro-africana? Hoje, o advento de um cristianismo africano em que cada filho/a de África possa expressar a sua fé como africano/a é uma realidade ou uma ilusão? Sem etnocentrismo, como pode cada africano participar na descolonização, apropriando-se da sua africanidade sem vaidade, mas com orgulho legítimo e espírito crítico? São os africanos suficientemente audaciosos nos esforços de inculturação? As respostas a estas perguntas permitirão aos africanos serem os protagonistas da descolonização e responderem assim ao convite do Papa Paulo VI em

---

6 OS BISPOS DO BURQUINA FASO, «50 anos de soberania do Burquina Faso: que futuro? Mensagem dos Bispos do Burquina Faso», 2010, 6–7.

7 Cf. H. THIANDOUM «Relatório Introdutório», M. CHEZA (ed.), *O Sínodo Africano. História e textos*, Karthala, Paris 1996, 46.

8 A. RAMAZANI BISHWENDE, *Eglise-famille de Dieu dans la mondialisation : théologie d'une nouvelle voie africaine de l'évangélisation*, 91.

9 Por exemplo, catorze (14) países da África francófona não têm soberania monetária porque ainda dependem da metrópole francesa. Cf. A. d. P. POODA, *O Estado de direito e a economia na África francófona à luz da doação. O terceiro paradigma pode salvar o Terceiro Mundo?* l'Harmattan Italia, Turim-Paris 2023, 42-44.

10 Cf. A. Ramazani BISHWENDE, *Ecclésiologie africaine de famille de Dieu. Annonce et débat avec les contemporains*, l'Harmattan, Paris 2007, 134–135.

11 JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Africa* (14 de setembro de 1995), n.º 59.

Kampala, em 1969, que desafia qualquer pretensão de colonização: «Africanos, sejam os missionários de vós próprios». É certo que, em matéria de inculturação, são necessárias prudência, paciência e discernimento. No entanto, temos a impressão de que os africanos estão a deixar que o medo de um certo sincretismo e de um certo relativismo travem as suas boas iniciativas. Se é verdade que o relativismo deve ser evitado, não esqueçamos que a missão é uma relação baseada numa relatividade positiva. Se é verdade que um sincretismo nocivo deve ser evitado, não esqueçamos também que a história missionária da Igreja é marcada por um sincretismo construtivo e enriquecedor. Uma espécie de desconstrução do pensamento e das culturas africanas poderia contribuir para ajudar.

A descolonização do pensamento e dos saberes africanos<sup>12</sup> passa pela desconstrução-reconstrução da africanidade. «Uma reestruturação fundamental da cultura africana, na qual a semente do Evangelho, plantada pelo próprio Deus na sua palavra, renova a realidade africana, transformando-a num novo lugar de revelação do humano, uma nova oportunidade para a humanidade que receberá da África todas as riquezas que Deus ali depositou para construir um mundo segundo o seu coração. Renovada pelo Evangelho, que por sua vez a renova para a oferecer enriquecida ao conjunto das civilizações e dos povos, a África surge verdadeiramente como a nova pátria de Cristo, nova possibilidade de ser e de vida para cada africano»<sup>13</sup>. Trata-se, portanto, de um processo de reavaliação objetiva, exaustiva e construtiva dos recursos africanos, com o objetivo de dar origem e promover uma nova África fiel a si mesma<sup>14</sup>. Esta abordagem visa questionar, pôr à prova e até mesmo colocar em crise «os pressupostos, os critérios, os pontos de referência e os elementos fundamentais de uma tradição política, económica e filosófica em que se insere um país ou um continente»<sup>15</sup> para chegar a propostas concretas e éticas capazes de conciliar e reconciliar as forças vivas ocidentais e africanas numa sinergia voltada para o bem e os interesses comuns nos domínios económico, social, político, etc. Mas tudo isto tem início e passa por uma autoestima e uma compreensão de si que implicam uma autoavaliação e uma atualização, ou melhor, uma reforma contínua e constante da própria identidade no turbilhão das mudanças atuais<sup>16</sup>. A abertura à alteridade, ou seja, passar do local para o global, é obrigatória!

### **3. Da missão descolonial à missão glocal**

A missão glocal é aquela que não é nem eurocêntrica nem afrocentrista, pois relaciona o global com o local. É *inter-gentes* porque estabelece pontes entre as diferentes culturas e religiões numa dinâmica de (re)conhecimento mútuo, de diálogo construtivo e de enriquecimento recíproco, salvaguardando a identidade, ou melhor, a quintessência de cada entidade.

A ortodoxia e a ortopraxia pan-africanistas constituem um antídoto contra a descolonização. A fusão histórica entre colonização e missão criou tanta confusão que suscitou posições anti-

---

12 Para aprofundar a questão, ver E. M. MBONDA, *Une décolonisation de la pensée. Études de philosophie afrocentrique*, Sorbonne Université Presses, Paris 2021.

13 K. MANA, *La nouvelle évangélisation en Afrique*, Chrétiens en liberté, Karthala; Clé, Paris, Yaoundé 2000, 153–154.

14 Cf. F. APPIAH-KUBI, *Église, famille de Dieu*, 227.

15 A. RAMAZANI BISHWENDE, *Igreja-família de Deus na globalização*, 79.

16 Cf. A. RAMAZANI BISHWENDE, *Igreja-família de Deus na globalização*, 72.

eclesiásticas e anticlericais na mente de muitos africanos. Em nossa opinião, estas posições radicais desses pseudo-pan-africanistas traem e desvirtuam o pan-africanismo autêntico, cuja visão e objetivos são nobres e partilhados pelo cristianismo. Se algumas formas de reação contra certas práticas missionárias são compreensíveis, a obstinação e os ataques generalizados contra a Igreja surgem como uma falta de reconhecimento para com aqueles heróis brancos que defenderam com unhas e dentes a causa dos africanos, aqueles missionários que serviram a África à custa da própria vida<sup>17</sup>. O vento da descolonização não partiu dos africanos nem de África, mas precisamente dos missionários e da Igreja que exigiram o fim da instrumentalização da missão evangelizadora para fins políticos, económicos, ideológicos, etc. É inegável que homens e mulheres, em nome da Igreja, tenham apoiado o tráfico de escravos e as missões coloniais. Alguns papas reconheceram e denunciaram estes erros e fizeram *mea culpa* em nome da Igreja. Pelo contrário, são inúmeros os factos históricos que demonstram como os missionários católicos defenderam os africanos e as suas culturas. O pan-africanista autêntico é uma pessoa íntegra e equilibrada nos seus julgamentos.

A descolonização é uma vontade declarada de se libertar de toda a forma de servidão e submissão. A liberdade e a dignidade humana são invioláveis porque são atributos divinos. Só Deus liberta. O homem, por seu lado, liberta-se do seu semelhante que tenta roubar-lhe ou confiscar-lhe a liberdade. Consequentemente, a dignidade humana, que é um direito divino, deve ser conquistada, não se negocia. Esperar que outra pessoa lhe conceda este direito divino à liberdade é uma renúncia e uma fuga às responsabilidades, pois é melhor cair com as armas nas mãos no campo de batalha pela liberdade do que sobreviver acorrentado e sob oxigénio no palácio de um predador injusto. Infelizmente, muitos filhos e filhas de África sentem-se tão à vontade na sua própria pele e no regime colonial que agem por procuração e em subcontratação, em cumplicidade com os (neo-)colonialistas. Esquecendo que «quem dorme na esteira alheia dorme no chão», a atitude destes desenraizados e alienados leva a crer que a vassalagem garante mais segurança do que qualquer tentativa de libertação. É preciso derrubar as máscaras dos líderes africanos que se fazem paladinos da dignidade e dos direitos de África, quando na realidade estão em conluio com as potências neocoloniais em detrimento dos interesses dos seus cidadãos. Com eles, os profetas da integração e da integridade africana são imediatamente demonizados e acabam por sofrer o martírio, entregues e traídos pelos seus próprios irmãos africanos para serem assassinados.

Um terceiro estilo é a conversão missionária baseada em novos paradigmas missionários que promovem a relacionalidade e a reciprocidade virtuosa, uma vez que a África sofre com a sua falta de unidade. Sendo a colonização um sistema ideológico, poder-se-ia perguntar se os missionários e os pastores africanos não estarão a colonizar-se mutuamente. O que se quer dizer com isto? É fácil acusar os atores externos da colonização; no entanto, não existem talvez mecanismos afro-africanos de colonização quando, nas Igrejas locais, um pastor pertencente a uma etnia majoritária boicota a cultura de uma etnia minoritária, recusa-se a encarnar-se

---

17 Cf. A. D. P. POODA, «A missão evangelizadora ao serviço das liberdades e da libertação», em *Θεολογία* 92 (2021)3, 104-106.

nas realidades socio-antropológicas das comunidades para onde é enviado ou as combate abertamente? É o caso de afirmar que a colonização não tem cor. Descolonizar não consiste num recuo identitário. «Longe de se realizar numa autarquia total do eu e na ausência de relações, a liberdade existe verdadeiramente apenas onde laços recíprocos, regulados pela verdade e pela justiça, unem as pessoas. Mas para que tais laços sejam possíveis, cada um, pessoalmente, deve ser verdadeiro. A liberdade não é liberdade para fazer qualquer coisa, é liberdade para o Bem, onde apenas reside a felicidade»<sup>18</sup>. Descolonizar, portanto, a missão significa cultivar esta identidade africana aberta ao universal, porque a África não é apenas um continente entre tantos; é um continente com os outros<sup>19</sup>. Dado que a missão é um estilo de vida e não apenas uma ação, é necessário «ser missão», testemunhando uma vida consciente da própria identidade e dignidade, mas aberta à alteridade. Os paradigmas da missão poliedrica, simbólica e poética<sup>20</sup> poderiam ajudar a romper com a visão de um modelo único e unilateral, para que nasça uma era de missão glocal capaz de interligar pessoas, culturas e religiões.

### **P. Antoine Pooda**

---

18 CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, Instrução *Libertatis conscientia* sobre a liberdade cristã e a libertação. «A verdade nos torna livres» (22 de março de 1986), n.º 26.

19 Cf. A. d. P. POODA, «The gift of Africa», em C. Koné - M. Kaufmann (eds.), *Africa-in-the-World*, Peter Lang, Berlim 2021, 139.

20 Cf. L. SANTÉDI KINKUPU, «*La missio ad gentes de Maximum illud à Evangelii gaudium: receptio africaine*», em A. d. P. POODA-V. DABIRÉ (eds.), *Les chantiers de la mission en Afrique francophone aujourd'hui*, 35.